

...continuação

são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através de comprovantes, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais. **4.1 – Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através Convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento dos Convênios. **4.1.1 – Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada “Convênios/Contratos Públicos à Realizar”, em conformidade com o NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2023 tais valores representam o montante de R\$ 1.347.593,57 (um milhão e trezentos e quarenta e sete mil e quinhentos e noventa e três reais e cinquenta e sete centavos). **4.2 – Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos

CNPJ nº 61.699.567/0002-55

Origem dos Recursos 2023

Termo Aditivo 083/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 084/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 084/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 085/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 085/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 086/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 086/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 086/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 087/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 087/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 087/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 088/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 088/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 089/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 092/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 093/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 094/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Termo Aditivo 095/2023 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015
Total

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma e que o resultado será sempre “zero”. **6 - Resultado Operacional:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa “zero”. A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 265.746.575,10 (duzentos e sessenta e cinco milhões e setecentos e quarenta e seis mil e quinhentos e setenta e cinco reais e dez centavos); acréscimos de Outras Receitas no valor de R\$ 1.289.536,47 (um milhão e duzentos e oitenta e nove mil e quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 255.420.584,00 (duzentos e cinquenta e cinco milhões e quatrocentos e vinte mil e quinhentos e oitenta e quatro reais); encerrando o exercício com um resultado superavitário no valor de R\$ 11.615.527,57 (onze milhões e seiscentos e quinze mil e quinhentos e vinte e sete reais e cinco centavos). **7 - Das Disposições da Lei Complementar 187 de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneres com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º) para fins do disposto no § 2º deste artigo, no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2023 nesta unidade a seguinte produção:

Produção - Rede Assistencial STS VMVG		Detalhe Original	
Grupo Detalhe			
Atendimento Ambulatorial		Atendimento odontológico individual	
Atendimento Ambulatorial		Consulta Médica - UBS/ESF	
Atendimento Ambulatorial		Consulta não médica	
Atendimento Ambulatorial		Procedimento Odontológico	
Atendimento Ambulatorial		Visita Domiciliar	
Atendimento Ambulatorial Especializado		Atendimento no Domicílio	
Atendimento Ambulatorial Especializado		Cirurgia ambulatorial	
Atendimento Ambulatorial Especializado		Consulta médica especializada	
CAPS		Ações de Reabilitação Psicológica	
CAPS		Acolhimento inicial/diurno de pacientes	
CAPS		Atenção às situações de crise	
CAPS		Atendimento em grupo	
CAPS		Atendimento familiar	
CAPS		Atendimento individual	
CAPS		Matriciamto em equipes de atenção básica	
CAPS		Práticas corporais	
CAPS		Práticas expressivas e comunicativas	
Centro Especializado Odontológico		Cirurgia Oral Menor (procedimentos)	
Centro Especializado Odontológico		Endodontia (procedimentos)	
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)		Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	
SADT		SADT Total	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Assistente Social	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Consulta Médica - URSI	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Enfermeiro	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Fisioterapeuta	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Nutricionista	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Psicólogo	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Terapeuta Ocupacional	

8 – Relatório de Execução do Contrato de Gestão		...continuação	
Rede Assistencial das Sts Vila Maria / Vila Guilherme		Consulta Médica Especializada	
Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2023		Cirurgias Ambulatoriais	
Linha de Contratação		Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - HD - Rede Hora Certa	
		Nº de exames Total	
		Unidade de Referência Saúde do Idoso -URSI	
		Consulta Médica - URSI	
		Assistente Social	
		Enfermeiro	
		Fisioterapeuta	
		Nutricionista	
		Psicólogo	
		Terapeuta Ocupacional	
		Periodontia	
		Cirurgia Oral Menor	
		Endodontia	
		Paciente Especial (procedimentos)	
		Tratamento de Próteses Concluídas - CEO	
		Estomatologia (procedimentos)	
		Continua...	

Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde Vila Maria / Vila Guilherme) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício

setores produtivos e administrativos da instituição e foram classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A unidade gerenciada realiza a contabilização de todos seus convênios atendendo à NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Nenhuma Assistência Governamental pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2023, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

Natureza e Tipo de Verba	Valor Global (R\$)
Custeio - Verba Federal	1.000.000,00
Custeio - Verba Municipal	17.495.813,94
Investimento - Verba Municipal	146.067,46
Custeio - Verba Federal	10.000.000,00
Custeio - Verba Municipal	45.596.064,30
Custeio - Verba Federal	20.500.000,00
Custeio - Verba Municipal	74.154.099,53
Custeio - Verba Municipal	1.436.485,45
Custeio - Verba Federal	4.000.000,00
Custeio - Verba Municipal	17.508.737,47
Custeio - Verba Municipal	22.923,95
Custeio - Verba Municipal	226.091,41
Custeio - Verba Federal	4.000.000,00
Custeio - Verba Municipal	41.522.792,53
Custeio - Verba Municipal	43.200,00
Custeio - Verba Municipal	20.806,50
Investimento - Verba Municipal	27.800,00
Custeio - Verba Municipal	5.632.587,77
Custeio - Verba Municipal	14.026.285,96
Total	257.359.756,27

...continuação

31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em

Produção - Rede Assistencial STS VMVG		Detalhe Original	
Grupo Detalhe			
Atendimento Ambulatorial		Atendimento odontológico individual	
Atendimento Ambulatorial		Consulta Médica - UBS/ESF	
Atendimento Ambulatorial		Consulta não médica	
Atendimento Ambulatorial		Procedimento Odontológico	
Atendimento Ambulatorial		Visita Domiciliar	
Atendimento Ambulatorial Especializado		Atendimento no Domicílio	
Atendimento Ambulatorial Especializado		Cirurgia ambulatorial	
Atendimento Ambulatorial Especializado		Consulta médica especializada	
CAPS		Ações de Reabilitação Psicológica	
CAPS		Acolhimento inicial/diurno de pacientes	
CAPS		Atenção às situações de crise	
CAPS		Atendimento em grupo	
CAPS		Atendimento familiar	
CAPS		Atendimento individual	
CAPS		Matriciamto em equipes de atenção básica	
CAPS		Práticas corporais	
CAPS		Práticas expressivas e comunicativas	
Centro Especializado Odontológico		Cirurgia Oral Menor (procedimentos)	
Centro Especializado Odontológico		Endodontia (procedimentos)	
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)		Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	
SADT		SADT Total	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Assistente Social	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Consulta Médica - URSI	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Enfermeiro	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Fisioterapeuta	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Nutricionista	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Psicólogo	
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI		Terapeuta Ocupacional	

8 – Relatório de Execução do Contrato de Gestão		...continuação	
Rede Assistencial das Sts Vila Maria / Vila Guilherme		Consulta Médica Especializada	
Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2023		Cirurgias Ambulatoriais	
Linha de Contratação		Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - HD - Rede Hora Certa	
		Nº de exames Total	
		Unidade de Referência Saúde do Idoso -URSI	
		Consulta Médica - URSI	
		Assistente Social	
		Enfermeiro	
		Fisioterapeuta	
		Nutricionista	
		Psicólogo	
		Terapeuta Ocupacional	
		Periodontia	
		Cirurgia Oral Menor	
		Endodontia	
		Paciente Especial (procedimentos)	
		Tratamento de Próteses Concluídas - CEO	
		Estomatologia (procedimentos)	
		Continua...	

Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde Vila Maria / Vila Guilherme) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício

...continuação			
Centro de Atenção Psicossocial -CAPS	1.860	4.419	
Nº de pacientes com cadastro ativo	1.860	4.419	
Centro Especializado de Reabilitação -CER	13.320	15.893	
Nº de casos novos/mês (Física, Auditiva e Intelectual) CER	1.320	1.525	
Nº pacientes em terapia/mês CER	12.000	14.368	
Programa Acompanhante de Saúde da Pessoa com Deficiência -APD	960	1.639	
Nº pacientes em acompanhamento APD	960	1.639	

8.1 – Relatório de Execução Orçamentária

SPDM - Rede Assistencial da Supervisão Técnica da Saúde VMVG

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2023

Recursos	Custeio	Investimento
Repassos do Contrato / Convênio	255.500.398,00	1.859.368,27
Receitas Financeiras	1.161.904,69	0,00
Outras Receitas	17.407.119,20	0,00
Total das Receitas	274.069.411,89	1.859.368,27
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	199.779.785,30	0,00
Serviços de Terceiros	40.463.877,43	1.154.743,94
Material Medicamento	1.898.121,08	0,00
Outras Despesas	31.751.240,73	0,00
Total das Despesas	273.893.024,54	1.154.743,94

9 – Imunidade e Contribuições Sociais Usufruidas: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da imunidade do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2020-01, o qual aguarda o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 04 de dezembro de 2023, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026, conforme processo SIPAR nº 25000.181713/2023-91, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAUDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d"), e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as imunidades usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2023 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 56.844.619,36 (cinquenta e seis milhões e oitocentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e dezenove reais e trinta e seis centavos). **9.1 - Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 09 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica, a garantia nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu ano exercício de 2023, da imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica o montante de R\$ 43.691.743,74 (quarenta e três milhões e seiscentos e noventa e um mil e setecentos e quarenta e três reais e setenta e quatro centavos). Em 2023, a referida imunidade, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 47.267.514,35 (quarenta e sete milhões e duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos e quatorze reais e trinta e cinco centavos). **9.2 - Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por serviços de Terceiros:** A Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal Incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal imunidade se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2023 o referido valor de receita totalizou R\$ 252.187,60 (duzentos e cinquenta e dois mil e cento e oitenta e sete reais e sessenta centavos). **9.3 - Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante de R\$ 7.613.036,09 (sete milhões e seiscentos e treze mil e trinta e seis reais e nove centavos) tomando-se por base os recursos recebidos em 2023. **9.4 – Imunidade para o PIS sobre a Folha de Pagamento:** A Entidade usufruiu da imunidade da Programação de Integração (PIS) sobre a folha no ano de 2023 R\$ 1.582.764,06 (um milhão e quinhentos e oitenta e dois mil e setecentos e sessenta e quatro reais e seis centavos) e em 2023, R\$ 1.711.881,32 (um milhão e setecentos e onze mil e oitocentos e oitenta e um reais e trinta e dois centavos). **10 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntário. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita através da categoria a qual pertence o voluntário. Em 2022, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.215,21 (dois mil e duzentos e quinze reais e vinte e um centavos) e em 2023 estes valores foram de R\$ 2.210,04 (dois mil e duzentos e dez reais e quatro centavos). **11 – Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro

continuando operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 03 de abril de 2024
AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS - CRC/SP 024298/O-3
Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior
Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

HBR 9 e CM Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 15.794.438/0001-66

Relatório da Administração

Senhores Cotistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da HBR 9 e CM Investimentos Imobiliários Ltda., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria

Balancos Patrimoniais 31 de Dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares reais - R\$)				(Valores expressos em milhares reais - R\$)				(Valores expressos em milhares reais - R\$)			
Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Patrimônio líquido total	Notas	31/12/2023	31/12/2022	
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	3.1	624	2.235		81.873		253.733				
Títulos e valores mobiliários	3.2	1.292	-	171.860	(43.833)		(43.833)				
Contas a receber	4	4.718	7.090	-	-	17.900	17.900				
Adiantamentos	-	1	1	-	-	-	-				
Tributos a recuperar	-	144	150	8.500	-	(8.500)	-				
Outros ativos	6	2.176	3.273	(14.052)	-	-	(14.052)				
Total		8.955	12.749	166.308	38.040	9.400	213.748				
Não circulante											
Tributos diferidos	5	1.070	22.245	-	(47.399)	-	(47.399)				
Outros ativos	6	14.286	16.200	-	-	16.600	16.600				
Propriedades para investimento	7	489.241	509.200	23.300	-	(23.300)	-				
Imobilizado e intangível líquido	-	1.974	2.406	189.608	(9.359)	2.700	182.949				
Total		506.571	549.851								
Total do ativo		515.526	562.600								
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	8	17.032	15.496								
Fornecedores	-	40	84								
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	308	297								
Outros passivos	9	538	1.090								
Total		17.918	16.967								
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	8	257.554	267.974								
Provisão para tributos diferidos	5	56.345	63.133								
Provisão para demandas judiciais	-	42	42								
Outros passivos	9	718	736								
Total		314.659	331.885								
Patrimônio líquido											
Capital social	10.1	189.608	166.308								
Lucros (prejuízos) acumulados	10.3	(9.359)	38.040								
Total		180.249	204.348								
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	10.2	2.700	9.400								
Total patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento do capital		182.949	213.748								
Total do passivo e do patrimônio líquido		515.526	562.600								
Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares reais - R\$)				(Valores expressos em milhares reais - R\$)				(Valores expressos em milhares reais - R\$)			
Receita líquida	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Resultado antes do resultado financeiro	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Prejuízo líquido do exercício	31/12/2023	31/12/2022	
Custos	12	(10.030)	(11.754)	Despesas financeiras	15	(32.046)	(31.696)	Outros resultados abrangentes	(47.399)	(43.832)	
Lucro bruto		19.572	15.503	Receitas financeiras	15	1.012	1.149	Total do resultado abrangente do exercício	(47.399)	(43.832)	
Despesas e receitas				Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(33.012)	(56.462)				
Despesas gerais e administrativas	13	(1.365)	(4.149)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(14.387)	12.630				
Despesas comerciais	-	(150)	(11)	Prejuízo do exercício		(47.399)	(43.832)				
Despesas tributárias	-	(150)	(112)								
Outras despesas e receitas	-	79	-								
Variação do valor justo de propriedades para investimento	14	(19.964)	(37.146)								

As demonstrações financeiras completas com as respectivas notas explicativas, encontram-se na sede da Companhia.

HBR 27 - Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 21.564.352/0001-40

Relatório da Administração

Senhores Cotistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da HBR 27 Investimentos Imobiliários Ltda., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria

Balancos patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares Reais - R\$)				(Valores expressos em milhares Reais - R\$)			
Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Patrimônio líquido total
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.118	23.935				
Contas a receber	4	3.862	5.476				
Adiantamentos	-	1.155	117				
Tributos a recuperar	-	445	226				
Total		14.580	29.754				
Não circulante							
Tributos diferidos	5	2.301	7.868				
Investimentos	6	718	775				
Outros ativos	-	129	-				
Propriedades para investimento	7	516.669	420.840				
Imobilizado e intangível líquido	-	1.284	1.690				
Total		521.101	431.173				
Total do ativo		535.681	460.927				
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	8	10.839	10.165				
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	349	361				
Outros passivos	-	89	89				
Total		11.277	10.615				
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	8	178.903	184.816				
Provisão para tributos diferidos	5	98.201	67.893				
Total		277.104	252.709				
Patrimônio líquido							
Capital social	10.1	45.010	45.010				
Reserva de lucros	10.3.2	202.290	152.593				
Total		247.300	197.603				
Total do passivo e do patrimônio líquido		535.681	460.927				
Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares Reais - R\$)				(Valores expressos em milhares Reais - R\$)			
Receita líquida	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Patrimônio líquido total
Custos	12	(553)	(490)				
Lucro bruto		29.635	28.511				
Despesas e receitas							
Despesas gerais e administrativas	13	(454)	2.450				
Despesas comerciais	-	(385)	(423)				
Despesas tributárias	-	-	(13)				
Outras (despesas) e receitas	-	5	-				
Variação do valor justo de propriedades para investimento	14	89.142	41.649				
Resultado de equivalência patrimonial	6	7.035	6.169				
Resultado antes do resultado financeiro		124.978	78.343				
Resultado financeiro							
Despesas financeiras	15	(21.962)	(22.263)				
Receitas financeiras	15	3.502	2.529				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		106.518	58.609				
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(945)	(311)				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(35.876)	(14.161)				
Lucro líquido do exercício		69.697	44.137				
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares Reais - R\$)				(Valores expressos em milhares Reais - R\$)			
Lucro líquido do exercício	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Patrimônio líquido total
Total do resultado abrangente do exercício		69.697	44.137				
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares Reais - R\$)				(Valores expressos em milhares Reais - R\$)			
Lucro líquido do exercício	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Patrimônio líquido total
Total do resultado abrangente do exercício		69.697	44.137				
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares Reais - R\$)				(Valores expressos em milhares Reais - R\$)			
Lucro líquido do exercício	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Patrimônio líquido total
Total do resultado abrangente do exercício		69.697	44.137				
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares Reais - R\$)				(Valores expressos em milhares Reais - R\$)			
Lucro líquido do exercício	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Patrimônio líquido total
Total do resultado abrangente do exercício		69.697	44.137				
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares Reais - R\$)				(Valores expressos em milhares Reais - R\$)			
Lucro líquido do exercício	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Patrimônio líquido total
Total do resultado abrangente do exercício		69.697	44.137				
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares Reais - R\$)				(Valores expressos em milhares Reais - R\$)			
Lucro líquido do exercício	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Patrimônio líquido total
Total do resultado abrangente do exercício		69.697	44.137				
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares Reais - R\$)				(Valores expressos em milhares Reais - R\$)			
Lucro líquido do exercício	Notas	31/12/2023	31/12/2				